

PORTARIA N. 6 DE 14 DE MAIO DE 2014.

Institui Grupo de Trabalho para desenvolver curso de aperfeiçoamento para magistrados em temas atinentes à Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012.

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (Enfam) – Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, no uso de suas atribuições e nos termos dos arts. 6º e 8º da Resolução–STJ n.º 3, de 30 de novembro de 2006, alterada pela Resolução–STJ n.º 5, de 19 de junho de 2008,

Considerando que dentre os objetivos da Enfam estão o de fomentar pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional e o de promover, diretamente ou mediante convênio, a realização de cursos,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir, no âmbito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), Grupo de Trabalho para desenvolver curso para capacitação de magistrados em temas atinentes à Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção vegetativa nativa e dá outras providências.

Art. 2.º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

- I. Paulo de Tarso Tamburini, Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados;
- II. Eládio Lecey – Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul;
- III. Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região;
- IV. Duília Sgrott Reis, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia;

REVOGADO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1516 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 15 de Maio de 2014 Publicação: Sexta-feira, 16 de Maio de 2014

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho poderá contar com o auxílio de outras autoridades e especialistas de entidades públicas e privadas com atuação em área correlata.

Art. 3º. A coordenação do Grupo de Trabalho caberá ao Juiz Auxiliar Paulo de Tarso Tamburini.

Art. 4º. Não haverá retribuição financeira aos integrantes do Grupo de Trabalho.

Art. 5º. A Enfam custeará as despesas de passagens aéreas e diárias dos colaboradores.

Art. 5º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

